

FONTES E DOCUMENTOS SOBRE A ANTIGUIDADE: DOS MONUMENTA AO MUNDO DIGITAL

Andrea Lúcia Dorini de Oliveira Carvalho Rossi¹

Resumo

O artigo "*Fontes e Documentos sobre a Antiguidade: Dos Monumenta ao Mundo Digital*" analisa a evolução historiográfica dos conceitos de monumento, documento e fonte no estudo da Antiguidade. A obra destaca como essas noções foram reformuladas a partir das mudanças teóricas, especialmente com a Escola dos Annales, que ampliou o conceito de documento para além dos textos escritos. Além disso, enfatiza a interdisciplinaridade da pesquisa histórica, incluindo contribuições da arqueologia, antropologia e semiótica. Por fim, discute o impacto das Humanidades Digitais na acessibilidade das fontes históricas por meio de bancos de dados e ferramentas digitais.

Palavras-chave

Historiografia; Antiguidade; Monumento; Humanidades Digitais; Arqueologia.

¹ Professora Doutora – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Assis, Brasil. E-mail: andrea.dorini@unesp.br.

Abstract

This article "*Sources and Documents on Antiquity: From Monuments to the Digital World*" discusses the historiographical evolution of the concepts of monument, document, and source in the study of Antiquity. It explores how these ideas were transformed through theoretical shifts, particularly with the Annales School, which broadened the scope of historical documents beyond written texts. The text also highlights the interdisciplinary nature of historical research, incorporating archaeology, anthropology, and semiotics. Finally, it examines the role of Digital Humanities in enhancing access to historical sources through databases and digital tools.

Keywords

Historiography; Antiquity; Monument; Digital Humanities; Archaeology.

Introdução

O tema aqui abordado, **Fontes e Documentos sobre a Antiguidade**, já define a abordagem a ser feita. É necessário pensar sobre a escrita da História a partir dos três últimos séculos. Não é possível se fazer uma argumentação sobre o conceito sem que se coloque alguns elementos fundamentais para a análise.

O primeiro ponto a ser apresentado deve ser pautado nas questões específicas sobre os estudos clássicos e, mais especificamente, sobre a Antiguidade. Não temos o propósito de abordar todo o caminho teórico-historiográfico a respeito do assunto, mas delineá-lo a partir das problematizações sobre o conceito de documento. Paulo Martins, quando aborda a questão multi, inter e transdisciplinar relacionada aos Estudos Clássicos, ressalta a necessidade de se abordar duas matrizes que fundamentam as suas características: a documental e a monumental. A partir da definição destas matrizes, o pesquisador brasileiro traz os preceitos de Jacques Le Goff no verbete escrito para a Enciclopédia Einauldi e publicado em português na coletânea História e Memória.

Monumento e Documento

Ao definir essa dicotomia entre *Monumento* e *Documento*, Jacques Le Goff evoca questões historiográficas específicas sobre os estudos Clássicos. O primeiro ponto a ser debatido é a relação que os dois conceitos, monumento e documento, assumem em relação à análise da memória coletiva e a forma científica para se escrever a História.

A palavra latina *monumentum* remete para a raiz indo-européia *men*, que exprime uma das funções essenciais do espírito (*mens*), a memória (*memini*). O verbo *monere* significa ‘fazer recordar’, de onde ‘avisar’, ‘iluminar’, ‘instruir’. O *monumentum* é um sinal do passado. Atendendo às suas origens filológicas, o monumento é tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação, por exemplo, os atos escritos. (Le Goff, 1990: 536)

Esta definição de monumento está relacionada diretamente à permanência da Antiguidade na memória coletiva, embora não apenas dela. O conceito nos traz a necessidade de pensar a relação temporal de suas permanências e também de suas ausências. Neste processo dinâmico, é importante salientar que os *monumenta* podem estar ou não relacionados ao processo de construção de um conhecimento histórico. Este conceito está muito presente na tradição histórica alemã que assume *monumento* como uma coletânea ou conjunto de documentos que trazem, em si mesmo, uma

coleção de documentos sobre um determinado tema/assunto para manutenção ou preservação da memória coletiva. Além disso, sua análise também exige uma complexidade teórico-metodológica de natureza trans/inter/multidisciplinar. Este tópico será retomado posteriormente pois os fundamentos historiográficos levam a uma discussão mais elaborada sobre a historiografia do Século XX.

Já a definição do conceito de *Documento* remonta ao Século XIX. O próprio conceito de documento está relacionado à concepção de História e de sua escrita. Na concepção deste conceito, o sentido de testemunho ou prova histórica é herdado das ciências jurídicas do Século XVII e têm emprestado este sentido restritivo. Tanto assim que, a partir desta concepção, a historiografia tradicional positivista assumiu o conceito de documento como elemento probatório restritivamente entendido como textos que assumem o papel de uma *prova histórica*.

Com as mudanças historiográficas do início do Século XX, principalmente com a *Escola dos Annales*, os seus fundadores trazem debates que provocam uma mudança conceitual e epistemológica sobre estes conceitos.

Os fundadores da revista “*Annales d’histoire économique et sociale*” (1929), pioneiros de uma história nova, insistiram sobre a necessidade de ampliar a noção de documento: “A história faz-se com documentos escritos, sem dúvida. Quando estes existem. Mas pode fazer-se, deve fazer-se sem documentos escritos, quando não existem. Com tudo o que a habilidade do historiador lhe permite utilizar para fabricar o seu mel, na falta das flores habituais. Logo, com palavras. Signos. Paisagens e telhas. Com as formas do campo e das ervas daninhas. Com os eclipses da lua e a atrelagem dos cavalos de tiro. Com os exames de pedras feitos pelos geólogos e com as análises de metais feitas pelos químicos. Numa palavra, com tudo o que, pertencendo ao homem, depende do homem, serve o homem, exprime o homem, demonstra a presença, a atividade, os gostos e as maneiras de ser do homem”. (Le Goff, 1990: 99)

Le Goff identifica essa mudança como a revolução documental do Século XX. Esta concepção está presente, principalmente, em Marc Bloch e Lucien Febvre, fundadores dos *Annales*, e que defendem estas mudanças em suas pesquisas.

E, pelo seu lado, Bloch, na *Apologie pour l’histoire ou métier d’historien* [1941-42]: “Seria uma grande ilusão imaginar que a cada problema histórico corresponde um tipo único de documentos, especializado para esse uso... Que historiador das religiões se contentaria em consultar os tratados de teologia ou as recolhas de hinos? Ele sabe bem sobre as crenças e as sensibilidades mortas, as imagens pintadas ou esculpidas nas paredes dos santuários, a disposição e o mobiliário das tumbas, têm pelo menos tanto para lhe dizer quanto muitos escritos”. (Le Goff, 1990: 498)

Com estas mudanças paradigmáticas, a concepção de documento assume outras nuances, descartando-se a relação direta e exclusiva aos textos escritos. A mudança assume proporções quantitativas e qualitativas pois o principal objetivo do historiador passa a ser uma abordagem sobre a memória coletiva e a percepção social abrangente sobre “todos os homens”. A memória histórica passa por uma mudança paradigmática e epistemológica e fundamenta os diálogos teóricos com outras ciências que possam auxiliar na escrita histórica e historiográfica.

É neste contexto que devemos também retomar o conceito de monumento que Le Goff contrapõe ao conceito de documento. Não é possível analisar este conceito, à luz do Século XX, sem pensar em um diálogo direto com a antropologia social e, principalmente, com a arqueologia. Diferente do conceito de *monumento* do Século XVIII, é importante salientar que o conceito de monumento traz em si uma problematização sobre a sua constituição, sobre a sua manutenção e sobre o seu uso político e social na construção de discursos (visuais, imagéticos e textuais) de identidade e de memória coletiva. Portanto, agora, assume a perspectiva de se analisar estes vestígios de forma epistemológica mais complexa. Com isso, não só o objeto de análise histórica e historiográfica se altera como os fundamentos teóricos e epistemológicos passam por mudanças significativas. Portanto, derivado destas discussões sobre documento e monumento, uma nova conceituação sobre a base de análise para a construção do conhecimento histórico tem lugar: o conceito de fonte.

De forma epistemológica, o termo é composto pela palavra *Fons* (latim) – fonte de alguma coisa, origem. Segundo Funari (2005), o termo é usado como “metáfora para fazer alusão à capacidade de “jorrar” informações históricas do documento a ser estudado pelo historiador.

Le Goff nos traz esta concepção quando define este novo conceito ao estabelecer que:

O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa. (Le Goff, 1990: 503)

Mesmo assumindo esta concepção de Le Goff, não podemos deixar de evocar a concepção trazida por Arnaldo Momigliano que, ao definir as autoridades originais e derivadas presentes na metodologia histórica dos fins do Século XVII e início do Século XVIII. Para o autor italiano, as autoridades originais são aquelas pautadas nos relatos de testemunhos

oculares e documentos e registros materiais contemporâneos aos eventos. Esta definição corrobora com o que Le Goff nos apresenta como origem do termo *documento* vinculado aos aspectos jurídico-discursivos. Já as autoridades derivadas são aquelas resultantes dos processos interpretativos e análises das originais. Momigliano denomina ambas as autoridades como fontes e já aponta que esta organização vai ser uma das mudanças fundamentais para os estudos históricos. Moses Finley seguirá os preceitos de Momigliano em suas abordagens sobre os conceitos de Documento para o antiquário.

Esta distinção entre autoridades originais e historiadores não contemporâneos tornou-se o patrimônio comum do método histórico apenas em finais do século XVII. É claro que a distinção já existia antes, porém ela não havia sido formulada com exatidão, tampouco era geralmente considerada um pressuposto necessário do estudo histórico. Na formação do novo método histórico, e, conseqüentemente, na criação da moderna escrita histórica sobre o mundo antigo, o assim chamado antiquário teve um papel conspícuo e trouxe à tona problemas essenciais. (Momigliano, 2014: 21)

Ao assumir esta perspectiva, Moses Finley (1994: 4), em sua obra *História Antiga: Testemunhos e Modelos*, ressalta que o campo da história social, incluindo a História Antiga, está constantemente em transformação. O autor fundamenta a sua afirmação com a indicação de dois elementos: as alterações nos volumes de dados que o historiador utiliza como fontes históricas assim como as técnicas e tecnologias aplicadas ao estudo destas fontes. Para Finley, a combinação destes dois elementos faz com que a escrita da História esteja em constante mudança e que cada discurso historiográfico é resultado do presente em que este foi construído. Segundo o autor (1994: 5), “todo historiador tem uma ‘experiência histórica’ maior que a de seus predecessores, por mais destacados que estes tenham sido”. Esta afirmação demonstra que o historiador tem que ter consciência de que a escrita da História deve ser analisada segundo as formas de pensar o conhecimento histórico e como este foi elaborado, quais foram as fontes históricas e as tecnologias aplicadas para a construção deste conhecimento. Deve-se, portanto, pensar as relações existentes na historiografia quanto às fontes históricas e as suas abordagens. Estas relações estão intrinsecamente ligadas à função social da História. Esta função social está diretamente relacionada à necessidade de manutenção do passado para a construção de uma identidade no presente.

Função Social da História

A construção historiográfica sobre a Antiguidade não foge a esta lógica. As identidades e as diversidades que estão presentes entre nós e os antigos são refletidas nos discursos historiográficos que são produzidos.

A intervenção do historiador que escolhe o documento, extraíndo-o do conjunto dos dados do passado, preferindo-o a outros, atribuindo-lhe um valor de testemunho que, pelo menos em parte, depende da sua própria posição na sociedade da sua época e da sua organização mental, insere-se numa situação inicial que é ainda menos “neutra” do que a sua intervenção. O documento não é inócuo. É antes de mais nada o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. O documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho, o ensinamento (para evocar a etimologia) que ele traz devem ser em primeiro lugar analisados desmistificando-lhe o seu significado aparente. O documento é monumento. (Le Goff, 1990: 505)

Le Goff, ao falar sobre a função social da História, faz uma referência a um dos fundadores dos Annales e sua concepção sobre o passado e a História: “[A] interação entre passado e presente é aquilo a que se chamou a função social do passado ou da história. Também Lucien Febvre [1949] ressalta que: “A história recolhe sistematicamente, classificando e agrupando os fatos passados, em função das suas necessidades atuais. É em função da vida que ela interroga a morte. Organizar o passado em função do presente: assim se poderia definir a função social da história’.” (1990: 26).

Nesta mesma perspectiva de mudanças epistemológicas na escrita da História, sua relação com os vestígios do passado e memória coletiva, é imprescindível trazer Michel de Certeau, também integrante das vertentes da Escola dos Annales, e sua concepção sobre a construção de um discurso histórico: “cada sociedade se pensa ‘historicamente’ com os instrumentos que lhe são próprios” (2011: 65). Certeau ainda destaca que é em função desse lugar que se “instauram métodos, que se delineia uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhes serão propostas se organizam” (2011: 47). E reforça a definição do que seriam estes documentos/fontes em sua nova constituição material: “de resíduos, de papéis, de legumes, até mesmo das geleiras e das 'neves eternas', o historiador faz outra coisa: faz deles a história. Artificializa a natureza. Participa do trabalho que transforma a natureza em ambiente e, assim, modifica a natureza do homem” (2011: 67)

Para Certeau, a identificação do lugar social do historiador determina todo o processo de construção da escrita histórica e historiográfica:

O lugar possui, portanto, uma dupla função, pois tanto torna possíveis certas pesquisas – em função de conjunturas e problemáticas comuns – quanto faz de outras impossíveis; exclui do discurso aquilo que é sua condição num momento dado; representa o papel de uma censura com relação aos postulados presentes (sociais, econômicos, políticos) na análise (Certeau, 2011: 63).

Esta mesma perspectiva é possível de ser identificada em François Dosse, também da mesma escola, ao reforçar o papel do lugar social do historiador e de sua escrita:

como o próprio lugar da realização da história, a escrita histórica está presa em uma relação fundamentalmente ambivalente por sua dupla natureza de escrita em espelho que remete ao presente como ficção fabricante de segredo e de mentira ao mesmo tempo que de verdade, bem como a escrita performativa por seu papel crucial de construir um “túmulo” para o morto, desempenhando assim o papel do rito de enterro. A escrita histórica teria uma função simbolizadora que permite a uma sociedade situar-se atribuindo-se um passado na linguagem (Dosse, 2004: 202)

A respeito do debate sobre escrita da História, suas bases documentais e de fontes, o processo epistemológico pautado nesta relação entre presente e passado, não se pode deixar de evocar Reinhart Koselleck e suas teorias sobre a escrita da História a partir dos conceitos. O autor traz elementos complementares para este debate a partir de uma tradição histórica alemã mas que não deixa de dialogar diretamente com a Escola dos Annales, principalmente no que tange à História Social. Para Koselleck, “a história social não pode prescindir do auxílio que lhe é prestado pelas implicações histórico-críticas da história dos conceitos”. (2006: 120)

A História dos Conceitos

Desta forma, para que se possa abordar a questão dos conceitos aqui tratados, *Fontes e Documentos sobre a Antiguidade*, é primordial estabelecer que a abordagem partirá do diálogo entre as abordagens da História Social e da História dos Conceitos. O principal elemento que norteará este debate é a perspectiva inter/multi/transdisciplinar com ênfase em princípios semiológicos e de análise dos discursos nos processos interpretativos dos objetos em tela.

Estes dois princípios, a semiótica e a análise de discurso, são os elementos teóricos e metodológicos que permearão a escrita da História a partir das Escola dos Annales e desembocará na História Cultural. No entanto, não será feita esta discussão pois entendemos que seja necessário estabelecer um recorte na abordagem dos temas aqui desenvolvidos. Este recorte se

norteará na problematização dos temas enquanto conceitos construídos pelos presentes e lugares sociais dos historiadores. Assim, os pressupostos de Koselleck serão também fundamentais para que se construa as interpretações propostas.

Portanto, vamos reforçar os procedimentos metodológicos propostos pelo teórico alemão:

a história dos conceitos é, em primeiro lugar, um método especializado da crítica de fontes que atenta para o emprego de termos relevantes do ponto de vista social e político e que analisa com particular empenho expressões fundamentais de conteúdo social ou político. É evidente que uma análise histórica dos respectivos conceitos deve remeter não só à história da língua, mas também a dados da história social, pois toda semântica se relaciona a conteúdos que ultrapassam a dimensão linguística. É a partir daí que se explica a posição marginal e precária da semântica nas ciências da linguagem, mas também a sua generosa contribuição à história. (Koselleck, 2006: 125)

A análise a ser desenvolvida neste texto está pautada nas fundamentações propostas pela História Social, assumindo os princípios linguísticos e semióticos como elementos inter/trans/multidisciplinares na construção dos conceitos historicamente e historiograficamente estabelecidos nos discursos presentes na historiografia a partir da segunda metade do Século XX. Para se fazer esta análise serão abordados autores que contribuíram com a historiografia sobre a Antiguidade em relação a estes determinados recortes.

A partir destes elementos de fundamentos conceituais e teóricos, é importante retomar o que Finley estabeleceu como a grande complexidade inerente ao processo de escrita sobre a Antiguidade. Pensar a complexidade documental relacionada aos estudos sobre Antiguidade, principalmente no debate sobre monumento/documento/fonte, é o primeiro passo de qualquer pesquisador que se dedique a esta empreitada. Não se pode avançar na tipologia de documentos e fontes sobre a Antiguidade sem que se entenda as consequências do que Le Goff chama de *revolução documental*. É a partir desta revolução que novas perspectivas historiográficas sobre a Antiguidade foram possíveis. A multi/trans/interdisciplinaridade é o principal elemento a ser destacado para que se construa abordagens históricas e historiográficas sobre a Antiguidade assim como uma proposta de tipologia de fontes a serem usadas no processo de construção deste conhecimento histórico. Com a *revolução documental*, novos problemas, novos objetos e novas abordagens passaram a ser possíveis e, com isso, a reescrita constante sobre a Antiguidade passou a ser uma premissa.

Assim, concordamos com Crawford de que

mesmo com todas as evidências explícitas disponíveis colocadas em uso, há um longo caminho a percorrer; e ao discutir as fontes para a História Antiga deve-se lembrar que muitas vezes a evidência mais importante é aquela extraída da prática bem documentada de outra era ou sociedade. (1983: X)

Se os documentos e as fontes são compostos por seus vários presentes que a constituíram como tal, na Antiguidade essa complexidade se torna ainda maior e ela define as abordagens a serem estabelecidas em suas análises. Sendo assim, é necessário abordar a diversidade derivada em cada uma das tipologias.

Com a abrangência conceitual advinda da História Social em contraposição à História Positivista, a definição restritiva de documento como texto cai por terra e passa a ser problematizada. A Arqueologia, surgida como técnica antropológica no século XIX mas conquistando sua autonomia científica no Século XX, promove uma clara abrangência sobre a concepção de fontes e documentos e derruba a concepção restritiva da escola positivista. Portanto, só é possível se falar em fontes e documentos para História Antiga a partir do entendimento de que tanto as fontes de natureza textual como as de natureza material devem compor o rol de fontes e documentos para o classicista.

Em relação a este conjunto de materialidade documental, é importante retomar Crawford (1983) quando este salienta que não se pode perder de vista a prática documental de outras sociedades. Assim como não se pode colocar em segundo plano todo o movimento filológico aplicado às documentações escritas e preservadas referentes aos manuscritos reiteradamente produzidos pelos copistas medievais, também não se pode desprezar os vários movimentos de exploração e descobertas arqueológicas que se intensificaram no Século XIX. Sem estes, não teríamos o amplo rol de literatura, manifestações escritas de vários gêneros, coleções e acervos arqueológicos, definições de sítios arqueológicos e um avanço tecnológico constante aplicados aos estudos clássicos. Tanto Finley quanto Le Goff ressaltam que os diferentes processos técnicos e tecnológicos aplicados às fontes/documentos podem alterar as suas análises e novas abordagens podem ser realizadas. Uma das mudanças tecnológicas que devem ser ressaltadas neste processo é o uso de tecnologias da informação. Le Goff já preconizava, na década de 70 do Século XX, que algumas delas seriam fundamentais para estas mudanças.

Esta dilatação da memória histórica teria, certamente, ficado no estado de intenção, de êxito individual de qualquer historiador que reunisse capacidade de trabalho e espírito inovador no interior do tratamento artesanal tradicional do

documento, se quase ao mesmo tempo não se tivesse produzido uma revolução tecnológica, a do computador. (Le Goff, 1990: 499)

As fontes sobre a Antiguidade

Diante deste preâmbulo teórico-conceitual e metodológico, passamos a fazer uma tipificação das possíveis fontes que podem ser estudadas para a construção do conhecimento histórico sobre a Antiguidade. O primeiro ponto a ser destacado nesta tipificação é a sua distinção sobre a natureza textual e a natureza material das fontes.

Diante desta primeira caracterização, é importante definir que a natureza textual aqui indicada se remete aos documentos que estão constituídos por escritos que permaneceram em sua forma manuscrita e que passaram pelos processos copista e de tratamento filológico e de impressão, principalmente após o Século XVIII.

Já os de natureza material, identificamos as fontes que são derivadas dos avanços metodológicos e tecnológicos da Arqueologia e da Nova Arqueologia. Ou seja, todo e qualquer documento que tenha se constituído a partir de um processo de escavação, catalogação, constituição e manutenção de acervos.

No entanto, esta definição prévia e separação inicial pela escolha de um dos elementos que estão presentes na constituição das fontes são arbitrários, mas que estão presentes na discussão historiográfica a respeito do tema. Em cada uma destas ramificações de tipologias, outras derivações podem ser trazidas para novas tipificações.

Em relação aos documentos e fontes de natureza material, devemos salientar que estes foram sendo constituídos em alguns processos de descobertas e de apropriação no contexto das formações dos Estados Nacionais europeus como forma de construção de identidades nacionais, evocando-se a ancestralidade europeia pautada no mundo clássico, no norte da África e no Oriente Próximo. Nos movimentos bélicos e de incorporações territoriais, por exemplo, tanto a França como o Reino Unido foram constituindo seus acervos arqueológicos ao estabelecer espaços museológicos e exposições que concretizavam as apropriações do passado por meio da materialização deste passado. Assim, os exemplos de exploração e de apropriação das ruínas do Egito e da Grécia nos Séculos XVIII e XIX são exemplos de como a cultura material passa a ser objeto de constituição de um passado incorporado por sua materialidade.

No entanto, neste processo, a concepção material assume formas de verificação e de “provas” dos documentos literários/textuais. Tanto Finley (1994) como Beard (1998) reforçam este papel das expedições arqueológicas referentes ao mundo antigo e a construção de uma identidade a partir dos acervos arqueológicos como formas de dominação dos territórios explorados e de garantir que o passado histórico seria preservado para a humanidade. Em termos científicos, apenas na segunda metade do Século XIX, com as discussões sobre as origens da espécie humana e a necessidade de fundamentar teorias antropológicas, a arqueologia passa a ser entendida como uma “técnica” auxiliar nos estudos da evolução humana. Para os historiadores, em que pese a constituição destes acervos e exploração dos sítios arqueológicos, a cultura material também assume o papel de “comprovação” da documentação textual.

Apenas com a Nova Arqueologia, que traz inovações teóricas e metodológicas, há uma mudança de paradigmas que vão estabelecer questões primordiais para que a cultura material seja analisada por si mesma, em sua autonomia como fonte e vestígios. Esta mudança vai reforçar ainda mais a necessidade do classicista estabelecer um processo multi/inter/transdisciplinar. A necessidade de se respeitar alguns pressupostos de exploração de sítios arqueológicos com metodologias adequadas, de elaboração de relatórios circunstanciados sobre as formas de escavação e descrição cuidadosa de cada um dos artefatos objetos de exploração passa a determinar uma relação diferenciada no diálogo com a fonte.

A "independência" das evidências arqueológicas consiste no fato de que as hipóteses e argumentos do arqueólogo fazem parte de um grande nexo da teoria e prática arqueológica geral, que é algo totalmente independente da teoria histórica, mesmo porque evoluiu em parte a partir dos achados de arqueólogos que trabalham em campos que não são historicamente documentados. (Crawford, 1983: 138)

Assim, a cultura material é fundamental para o historiador desde que este, diante da sua complexidade, respeite os processos de constituição desta fonte como produto de uma escavação arqueológica e dialogue com os fundamentos teóricos para a sua análise. Não se deve, como no século XIX, conceber a arqueologia como um elemento comprobatório de um discurso histórico pautado em documentos escritos.

Pedro Paulo Funari (2006: 89) afirma que o final do Século XIX e início do Século XX são fundamentais para uma ampliação significativa do conjunto de fontes arqueológicas e isso se deve tanto aos avanços técnicos como às mudanças epistemológicas e políticas. O pesquisador brasileiro ressalta

que o avanço do capitalismo e a expansão imperialista europeia e estadunidense forneceram bases para as pesquisas arqueológicas com a criação de escolas de arqueologias ligadas a universidades destas grandes potências que solidificaram as pesquisas arqueológicas em expandiram os seus espaços e abrangeram novas temporalidades. Uma das primeiras correntes historiográficas influenciadas por estas novas formas de estudos arqueológicos foi a materialista histórica tendo o historiador e arqueólogo russo Mikhail Rostovtzeff como uma grande referência para a escrita histórica que aborda a fonte textual e arqueológica como equivalentes para seus estudos. Esta abordagem equitativa vai permanecer na Escola dos Annales, tendo Braudel como um dos grandes representantes destas abordagens, assim como Lucien Febvre. Essa concepção sobre a autonomia da cultura material como fonte histórica se solidifica, sendo estabelecida como fonte histórica autônoma e independente da fonte textual.

A constituição de alguns acervos e publicações derivados das escavações arqueológicas são fundamentais para os estudos sobre a Antiguidade. É impossível citar todos de forma detalhada. No entanto, alguns merecem destaque pois estão presentes nas pesquisas históricas desde os fins do Século XIX como os catálogos denominados *Corpus Inscriptionum*, por exemplo. Estes catálogos apresentam compilações de várias inscrições transcritas ou desenhadas que reproduzem os textos encontrados em várias escavações arqueológicas do Século XVIII. Estes catálogos serviram de base para muitas pesquisas do Século XIX e do Século XX e, ainda hoje, são a base para se buscar informações sobre variados assuntos, desde inscrições políticas de nomeação de imperadores até informações tumulares encontradas em lápides. Muitos destes *Corpi* estão disponíveis de forma digital e podem ser consultados pelos pesquisadores classicistas. São muitas compilações que variam conforme os espaços e os temas que podem ser encontrados nas inscrições, além da língua em que as inscrições se encontram. Alguns exemplos são o *Corpus Inscriptionum Latinarum*, o *Corpus Inscriptionum Graecarum* e *Corpus Inscriptionum Judaicarum Graeciae*.

Um exemplo necessário de ser apresentado que é uma excepcionalidade para a cultura material é a cidade de Pompeia. Tanto Funari quanto Beard ressaltam a cidade como um exemplo das possibilidades arqueológicas. Funari ressalta que a cidade vinha sendo explorada desde meados do Século XVIII e a forma que foi explorada foi com o intuito de formar coleções artísticas particulares sem qualquer tipo de cuidado metodológico com a retirada dos artefatos do local de escavação. Segundo Mary Beard:

Nas primeiras escavações, feitas nos séculos XVIII e XIX, os esqueletos foram convenientemente “descobertos” na presença da realeza e outros dignitários. Viajantes românticos discorriam animadamente ao pensar no cruel desastre que afetara as pobres almas cujos restos mortais tinham diante de si, para não mencionar as reflexões mais amplas sobre a perigosa fragilidade da existência humana que a experiência evocava. (2016: 15)

Sem falar das apropriações realizadas pelo próprio Vaticano sobre os artefatos encontrados nas escavações de Pompeia e que passaram a compor acervos restritos e proibidos como é o caso do Gabinete Secreto, composto com artefatos considerados de natureza proibida por seu cunho aparentemente sexual. Estas pressuposições aplicadas aos processos de retirada do sítio arqueológico acabaram prejudicando algumas informações essenciais no uso destes objetos como fontes históricas. No entanto, com os avanços da Nova Arqueologia, as escavações passaram a seguir metodologias específicas que começaram a preservar as características inerentes ao próprio sítio. As próprias escavações foram aperfeiçoadas com o intuito de garantir toda e qualquer informação importante sobre o solo, localização do objeto, características dos espaços e de integridade dos objetos.

Não vamos continuar a descrever estes processos pois entendemos que seriam outra proposta temática. No entanto, é importante salientar que a partir destas mudanças na Arqueologia e na Nova Arqueologia outras tipologias de fontes podem ser identificadas e que necessitam ser estudadas mediante fundamentos teóricos e metodológicos próprios. Algumas delas são a numismática (estudo das moedas), a iconografia (estudo das imagens) e a epigrafia (estudo das inscrições encontradas em monumentos arquitetônicos ou lápides). Sem falar das possibilidades de estudos das estatuárias e dos espaços arquitetônicos.

Para a documentação de natureza textual, alguns processos de tratamento e organização de suas constituições como se apresentam hoje, devemos tem problematizações adequadas. O primeiro elemento a ser destacado é o processo copista e organização dos manuscritos no mundo medieval dos mosteiros e a organização dos códices. Além destes, é de primordial importância salientar o tratamento filológico que foi aplicado aos códices e à organização de suas publicações impressas ao final do Século XVIII e intensificadas no Século XIX e XX. Este processo de edição e publicação foi fundamental para a ampla difusão das obras literárias e de outras naturezas. Mary Beard (1998) salienta que a leitura destas obras foi essencial para a construção de uma identidade no mundo britânico e que faziam parte do processo formativo e educacional das famílias da elite britânica. Segundo a historiadora, essas obras eram livros de cabeceira e

tornavam o mundo antigo tão conhecido como o mundo vivido no Século XIX.

Estas fontes de natureza textual podem ser encontradas em vários gêneros como narrativas históricas, biografias, poesias, peças teatrais, romances e fábulas memórias, epístolas, enciclopédias, textos filosóficos e morais, manuais e tratados, entre outros.

Nas coletâneas impressas, duas grandes editoras se destacam pois desenvolveram as traduções e os tratamento filológicos em conjunto com grandes universidades. As edições europeias são publicadas pela Les Belles Lettres em conjunto com a Association Guillaume Budé em parcerias com as universidades francesas. Já as edições na língua inglesa, são publicadas pela Harvard University Press em uma coleção denominada Loeb Classical também coordenada e realizada em conjunto com universidades estado-unidenses. No século XX, estas edições foram referências para os estudiosos de estudos clássicos e passaram por várias revisões no que tange ao processo de tratamento filológico e ao processo de tradução das obras originais para o francês ou para o inglês.

Humanidades Digitais e Antiguidade

Ao final do século XX, com o advento da rede mundial de computadores, a propagação de banco de dados com acervos de cultura material e de documentos textuais foi intensificadas para consultas online. Muitos destes bancos de dados foram se constituindo com o auxílio da informática mas estavam restritos a CDROMS ou por sistemas internos de muitas universidades. A partir da década de 90 do Século XX, a digitalização e o acesso de forma virtual a estes bancos começam a mudar as formas de pesquisa. Para abordar estes elementos, precisamos trazer para o debate como as Humanidades Digitais passaram a contribuir no processo de organização, disponibilização e acessibilidade das fontes historiográficas, principalmente aquelas vinculadas à Antiguidade.

Segundo Burdick (2012: 4), no início das discussões sobre as Humanidades Digitais em 2012, usos e abordagens computacionais anteriores aplicadas às pesquisas em Humanidades - com ênfase na criação, preservação e interpretação do registro cultural - as Humanidades Digitais expandiram muito o poder e o alcance potenciais das disciplinas de humanidades, tanto dentro da academia quanto fora de seus muros. No âmbito da História, uma grande mudança ocorrida é a produção de conhecimento histórico e de cultura histórica no âmbito das redes. Isso determinou uma mudança

de paradigma sobre os conceitos de História Pública e História Digital, por exemplo.

No campo dos estudos clássicos, uma das experiências que melhor exemplificam estas mudanças é a criação do portal Perseus Digital Library (<http://www.perseus.tufts.edu/>). Este é um dos exemplos seguidos pelo CPEP, o Centro de Pesquisas e Estudos Plinianos de responsabilidade de dois grupos de pesquisas do Departamento de História da FCL de Assis coordenado pela autora deste artigo (<https://cpep.fema.edu.br>). As ferramentas de banco de dados forneceram a base dos primeiros projetos de Humanidades Digitais que foram semeados em todo o mundo a partir dos anos 90 do Século XX (Santaella, 2021; Bondioli, 2021).

Embora este trabalho fosse de natureza variada, havia características comuns e salientes: uma preocupação com a análise e catalogação textual, o estudo de características linguísticas, uma ênfase em suportes pedagógicos e ambientes de aprendizagem e questões de pesquisa orientadas pela análise de dados estruturados. A migração de materiais para formas digitais e a extensão dos métodos tradicionais de edição e análise, aprimorados pela automação, tiveram precedência, características da primeira geração das Humanidades Digitais.

Neste aspecto, me identifico plenamente pois quando da elaboração do Index, de Plínio, o Jovem, em minha iniciação científica nos anos 90, a metodologia aplicada foi leitura sistematizada das Cartas, digitação e classificação das palavras elencadas por meio de ferramentas do editor de texto usado naquele momento que organizava as informações de forma automática. Ou seja, mesmo que de forma primária, o uso da tecnologia foi fundamental para o resultado final. Hoje, no portal, fazemos isso com dois cliques, ou seja, em segundos.

O que antes foi resultado de meses de leitura, digitação, classificação e formatação final, hoje os dados presentes no banco de dados do portal possibilitam infinitas interações e reutilizações da documentação a ser determinada pelo próprio usuário, seja ele acadêmico ou não. E mais, a construção de um conhecimento histórico sobre ele não deve se limitar à academia e nem as traduções disponibilizadas devem ser entendidas como prontas e acabadas. Há, mesmo que ainda de forma experimental e primária, um canal aberto para que o usuário do portal encaminhe sugestões de tradução ou adequação textual. No entanto, um dos elementos mais fundamentais deste projeto, no momento, é sua aplicação no processo de construção de uma literacia digital e histórica junto como ação educativa formal (âmbito escolar) e não-formal com desdobramentos

desta atividade que resulta de uma interação com as cartas por meio do inovador portal do CPEP. Em síntese, possibilita a reutilização das informações para uma ressignificação do próprio documento. Podemos atribuir ao artigo de tradução das cartas esse elemento, embora ele seja restrito ao meio acadêmico.

Para o historiador classicista pautado nas Humanidades Digitais é uma forma de conceber o documento e interagir com as informações nele contidas como os constituídos pelo portal com hiperlinks, estruturação de um banco de dados e organização de um sistema de buscas conforme o interesse do pesquisador/usuário mudando, na essência, a sua “formatação”. Nelson Bondioli ressalta que “é preciso reconhecer como a experiência do meio digital altera de maneira substancial as possibilidades de pesquisa e entender a especificidade dessa ampliação do acesso e uso, tanto em termos de técnicas, quanto de suas ferramentas.” (2021: 127).

Concordamos com Lúcia Santaella (2021: 10), quando afirma que a natureza transdisciplinar das HD que traz objetos como processos relacionados a códigos abertos, mapeamentos, designs de jogos, realidade aumentada, análise algorítmicas, mineração de dados, computação em nuvem, prosa multimídia, cenários transmídias, robótica e inteligência artificial e promovem um processo de “desterritorialização” da prática humanista tradicional à medida que proporcionam a possibilidade de criação participativa de conteúdos abertos, como o sistema wiki, por meio de redes colaborativas. Assim, reforçamos a necessidade de promover, para a nossa realidade de pesquisa, um debate sobre o conceito de autoria que estabelece para o pesquisador da universidade uma forma exclusiva e única como possível para ser entendida como excelência, partindo-se de um método científico tradicional.

Conclusão

Apresentamos aqui uma reflexão conceitual sobre Fontes e Documentos sobre a Antiguidade com o recorte específico dado pela trajetória da pesquisa desenvolvidas junto ao Núcleo de Estudos Antigos e Medievais e Centro de Pesquisas e Estudos Plinianos em parceria com o #Veredas_Digitais – Centro de Pesquisas em Humanidades e Tecnologias. Sabemos que as possibilidades perante as humanidades digitais estão levando a mudanças paradigmáticas e, com isso, a questionamentos frequentes sobre as formas de escrita da História. Com essas reflexões, apenas trouxemos alguns dos processos possíveis de atuação para o

historiador do Século XXI que, impreterivelmente, terá que atuar em seu ofício com essas novas realidades.

Referências

BEARD, Mary; HENDERSON, John. *Antiguidade Clássica: uma brevíssima introdução*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1998.

BEARD, Mary. *Pompeia: a vida de uma cidade romana*. Tradução Cristina Cavalcanti; revisão técnica Paloma Roriz Espínola. Rio de Janeiro: Record, 2016.

BONDIOLI, N. A opacidade nos bancos de dados digitais e a pesquisa histórica. *SÆCULUM – Revista de História* [v. 26, n. 45]. João Pessoa, p. 125-139, jul./dez. 2021.

BURDICK, a.; DRUCKER, j.; LUNENFELD, p.; PRESNER, t.; SCHNAPP, J. Um breve guia para as Humanidades Digitais. Trad. de Isabel Jungk. *TECCOGS – Revista Digital de Tecnologias Cognitivas*, n. 21, p. 69-98, jan./jun. 2020.

BURDICK, a.; DRUCKER, j.; LUNENFELD, p.; PRESNER, t.; SCHNAPP, J. *Digital Humanities*. Cambridge/MA, London/UK: MIT Press, 2012.

CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

CRAWFORD, Michael. *Sources for Ancient History*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.

DOSSE, François. *História e ciências sociais*. Bauru, SP: Edusc, 2004.

FINLEY, Moses I. *História Antiga: testemunhos e modelos*. Trad. Valter L. Siqueira. São Paulo, Martins Fontes, 1994.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu. *Análise documental e o estudo da Antiguidade Clássica*. Campinas, UNICAMP, 1995. Primeira Versão, 58.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu. *Letras e coisas: ensaios sobre a cultura romana*. Campinas, Editora da UNICAMP, 2002.

FUNARI, Pedro Paulo. Os historiadores e a cultura material. PINSKI, Carla. *Fontes Históricas*. Campinas: Contexto, 2005. P. 82 – 110.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Trad. Irene Ferreira. Campinas, Editora da Unicamp, 1990.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Tradução do original alemão Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira; revisão da tradução César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto/Ed. PUC-Rio, 2006.

MOMIGLIANO, Arnaldo. História Antiga e o Antiquário. *Revista Anos 90*. Porto Alegre, UFRGS, 2014. vol. 21, no. 39, p. 19-76.

SANTAELLA, Lucia. O metabolismo digital das humanidades. In: ROCHA, C.; NASCIMENTO, H. A.; SOARES, F. A. *Humanidades digitais: performatividade na cultura digital*. Goiânia: Cegraf UFG, 2021, p. 2-11.